

Informativo **FJP**

Indicadores Sociais

Índice Mineiro de Responsabilidade Social

nº2/2019

Desde 2004, a Fundação João Pinheiro calcula, bianualmente e para todos os municípios de Minas Gerais, o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), cuja última versão é de 2016¹. Nesse ano, o IMRS contemplou 44 indicadores, construídos a partir de registros administrativos e distribuídos em seis dimensões: educação, saúde, vulnerabilidade social, segurança pública, meio ambiente, saneamento e habitação e cultura, esporte e lazer².

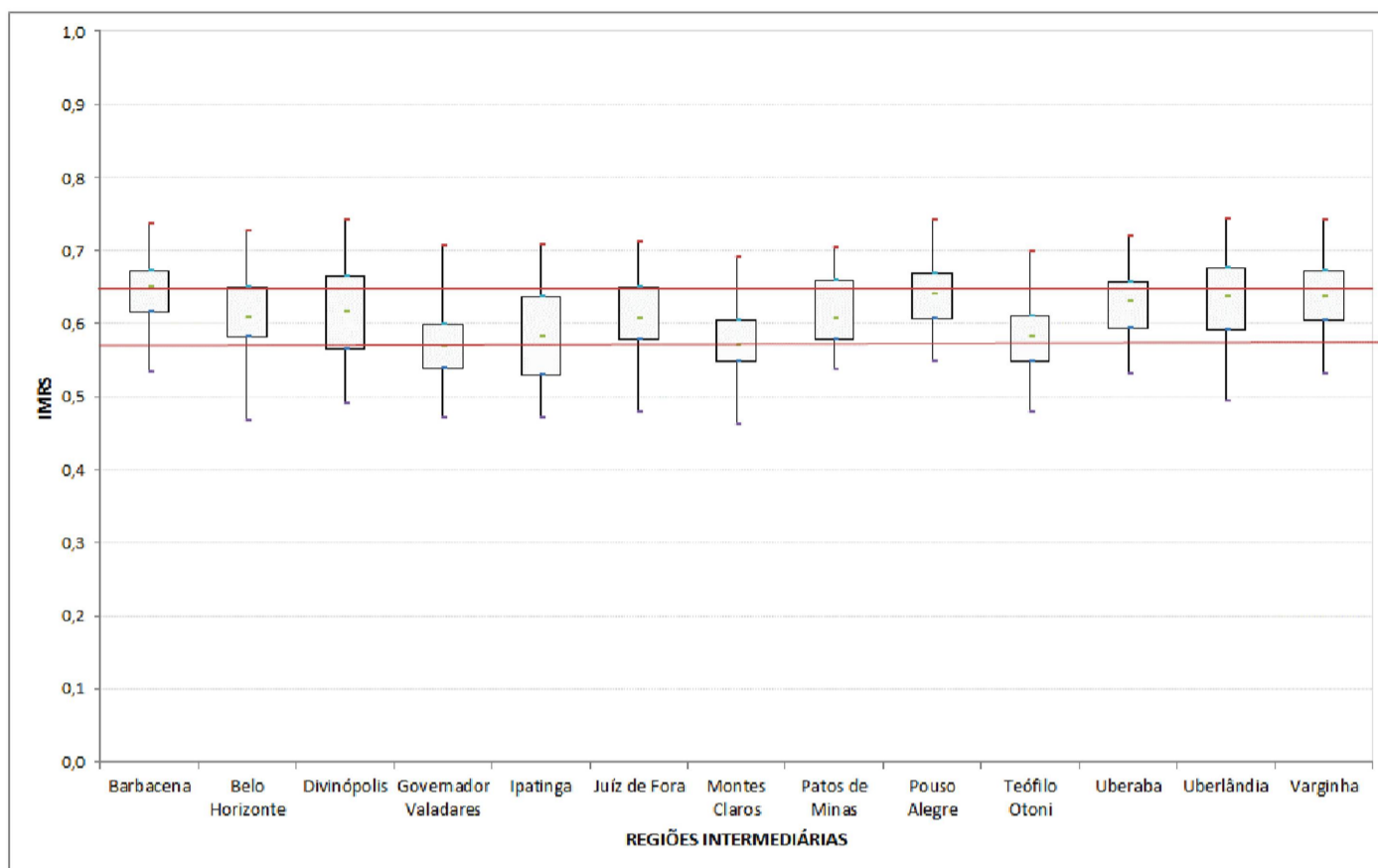


¹ O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) foi criado pela Lei Estadual nº 15.011, de 2004, que definiu que ele deveria ser calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP) para todos os municípios do estado a cada dois anos.

² O IMRS, assim como os índices e indicadores que o compõem, encontra-se na Plataforma do IMRS (imrs.fjp.mg.gov.br). Essa plataforma disponibiliza mais de 700 indicadores para os municípios de Minas Gerais, abrangendo o período 2000-2017, e organizados segundo as dimensões do IMRS, sendo que, desses, apenas 44 entraram na composição desse índice em 2016. Embora os índices não possam ser comparados ao longo do tempo, devido a alterações em sua construção (inclusão de novas dimensões, mudança nos indicadores, mudança nos pesos e nos limites etc), os indicadores possuem comparabilidade temporal.

Para cada dimensão, é calculado um índice sintético, e o IMRS corresponde à média ponderada desses seis índices, sendo que as dimensões educação e saúde têm peso maior, de 20% cada, e as demais, de 15%, conforme ilustrado na figura 1. O IMRS, assim como os índices que o compõem, pode variar de zero a um e, quanto maiores, melhor a situação do município.

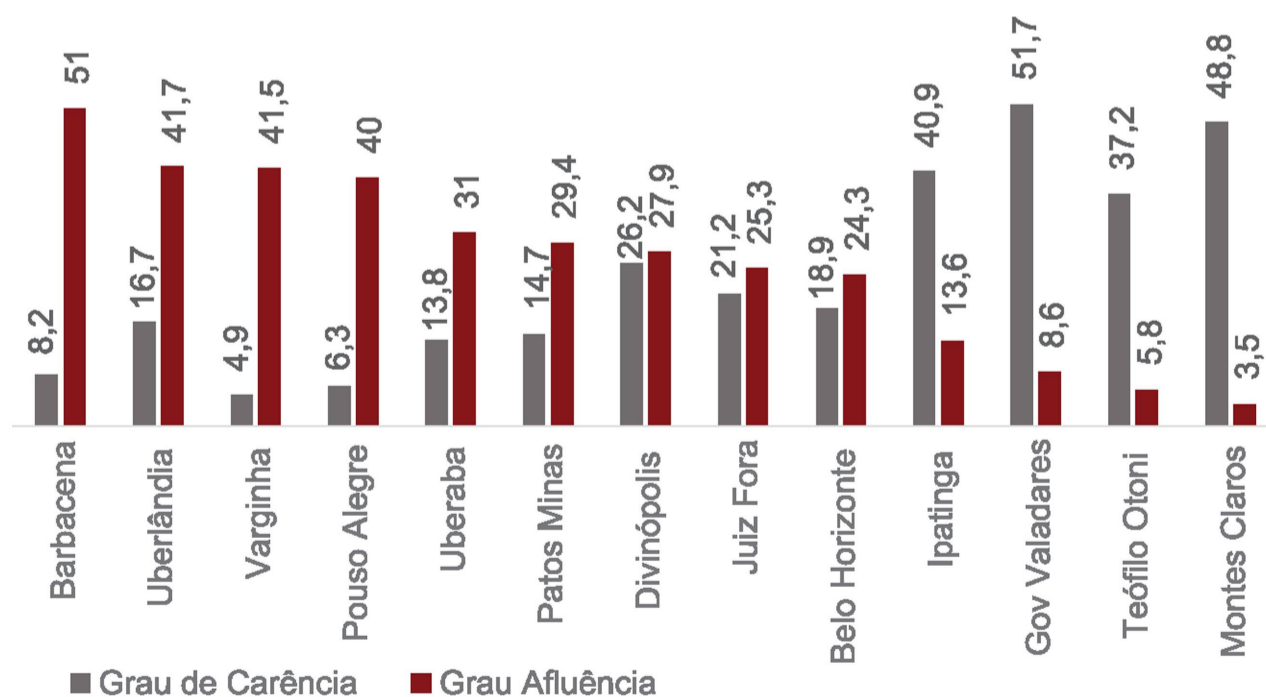
Gráfico 1 – Distribuição dos municípios segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social por região intermediária de Minas Gerais – 2016



O gráfico 1 sintetiza a distribuição dos municípios de cada uma das 13 Regiões Geográficas Intermediárias (RGINT) do estado de Minas Gerais segundo o IMRS de 2016. Assim, em cada distribuição, é possível verificar: (i) o menor valor observado; (ii) o valor do 1º quartil, representado pelo limite inferior do retângulo, abaixo do qual encontram-se 25% dos municípios; (iii) o valor da mediana, representada pelo ponto dentro do retângulo, abaixo da qual encontram-se

50% dos municípios; (iv) o valor do 3º quartil, representado pelo limite superior do retângulo, acima do qual encontram-se 25% dos municípios; e (v) o maior valor observado.

Gráfico 2 – Graus de carência* e de afluência segundo o IMRS – Regiões Intermediárias de Minas Gerais – 2016**

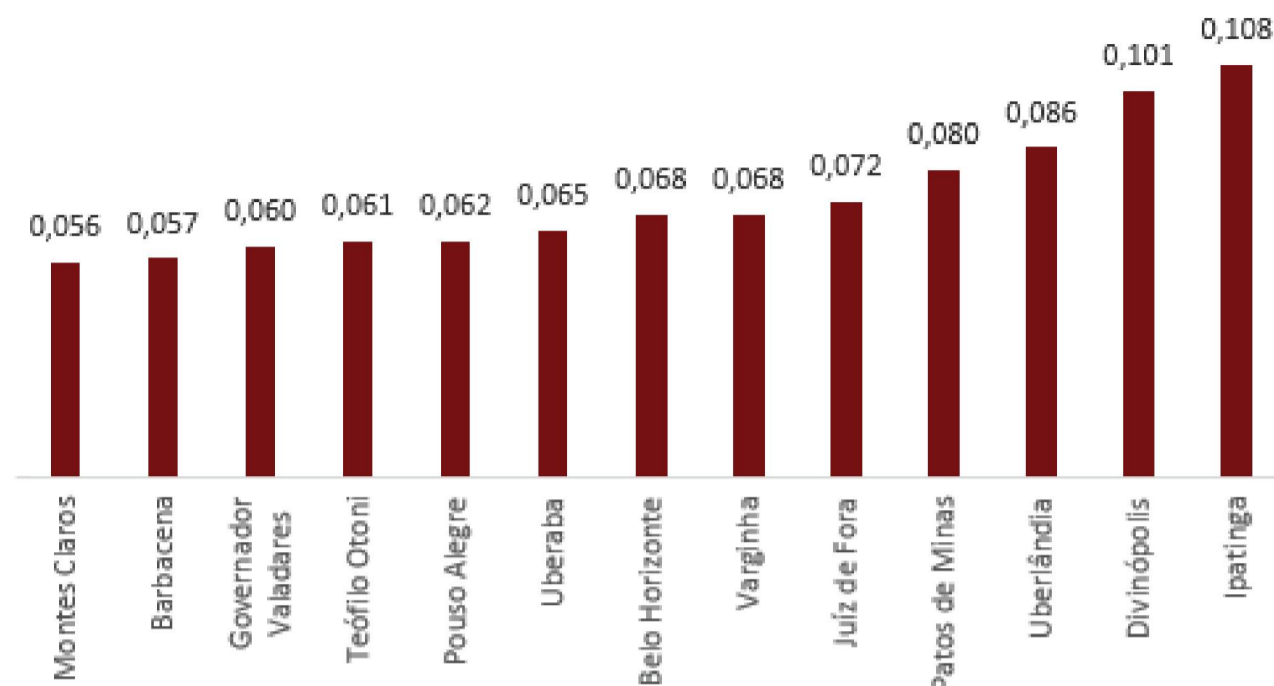


Além disso, foram inseridas no gráfico 1 duas linhas vermelhas, correspondentes ao primeiro quartil (linha inferior) e ao terceiro quartil (linha superior) da distribuição dos 853 municípios de Minas Gerais segundo o IMRS de 2016. Considerando-se carentes os municípios com índices inferiores ao primeiro quartil dessa distribuição e afluentes, os municípios com índices superiores ao terceiro quartil, pode-se definir o grau de

carência de uma região como o percentual de seus municípios que são carentes e o grau de afluência como o percentual de seus municípios que são afluentes³.

³ Dito de outra forma, o percentual de municípios da região com IMRS entre os 25% piores do estado são definidos como carentes, e o percentual de municípios da região com IMRS entre os 25% melhores do estado são considerados afluentes.

Gráfico 3: Grau de disparidade intermunicipal* segundo o IMRS – Regiões Intermediárias de Minas Gerais – 2016

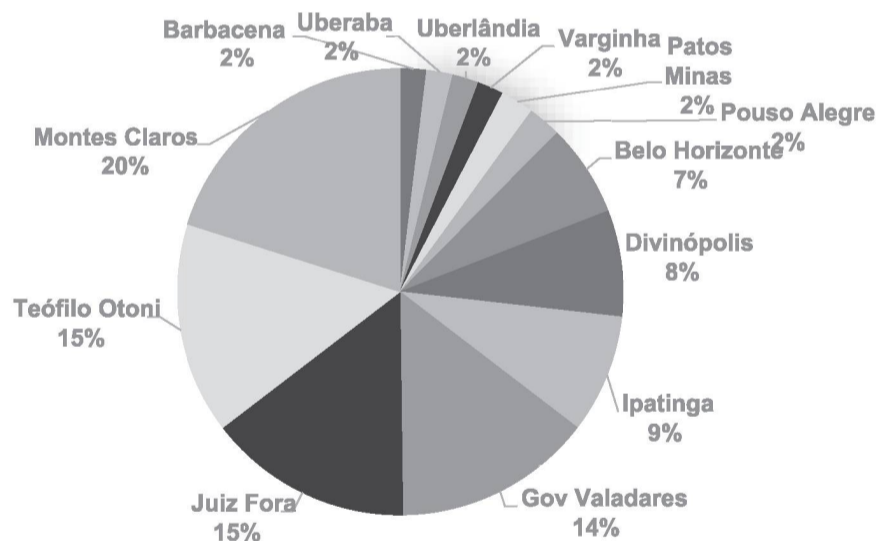


Dessa forma, de acordo com os gráficos 1 e 2, verifica-se que, das 13 RGINT do estado, Governador Valadares, Montes Claros e Ipatinga detêm os maiores graus de carência, enquanto Barbacena, Uberlândia e Varginha apresentam os maiores graus de afluência. O gráfico 2 também evidencia a existência de uma relação inversa entre grau de carência e afluência, o que, em outras palavras indica que nas regiões intermediárias onde há elevado grau de afluência há menor grau de carência e vice-versa. Adicionalmente, pode-se identificar,

por meio dos gráficos 1 e 3, as RGINT com maior grau de disparidade intermunicipal em termos do IMRS de 2016. Adotando-se como medida do grau de disparidade a distância interquartil (entre o primeiro e o terceiro quartil de cada distribuição), as RGINT de maior disparidade são Ipatinga e Divinópolis, e as de menor disparidade, Barbacena e Montes Claros.

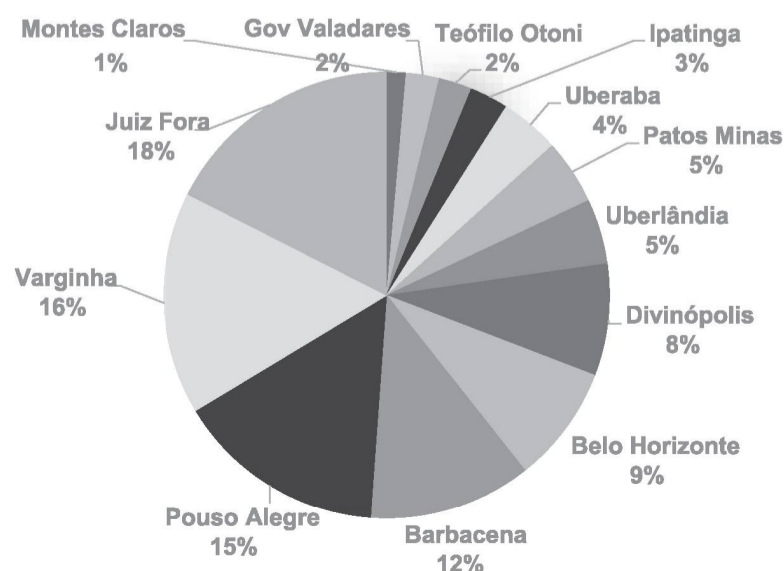
*Consideram-se carentes os municípios com índice entre os 25% piores do estado

Gráfico 4 – Localização dos municípios carentes de Minas Gerais segundo o IMRS por região intermediária – 2016

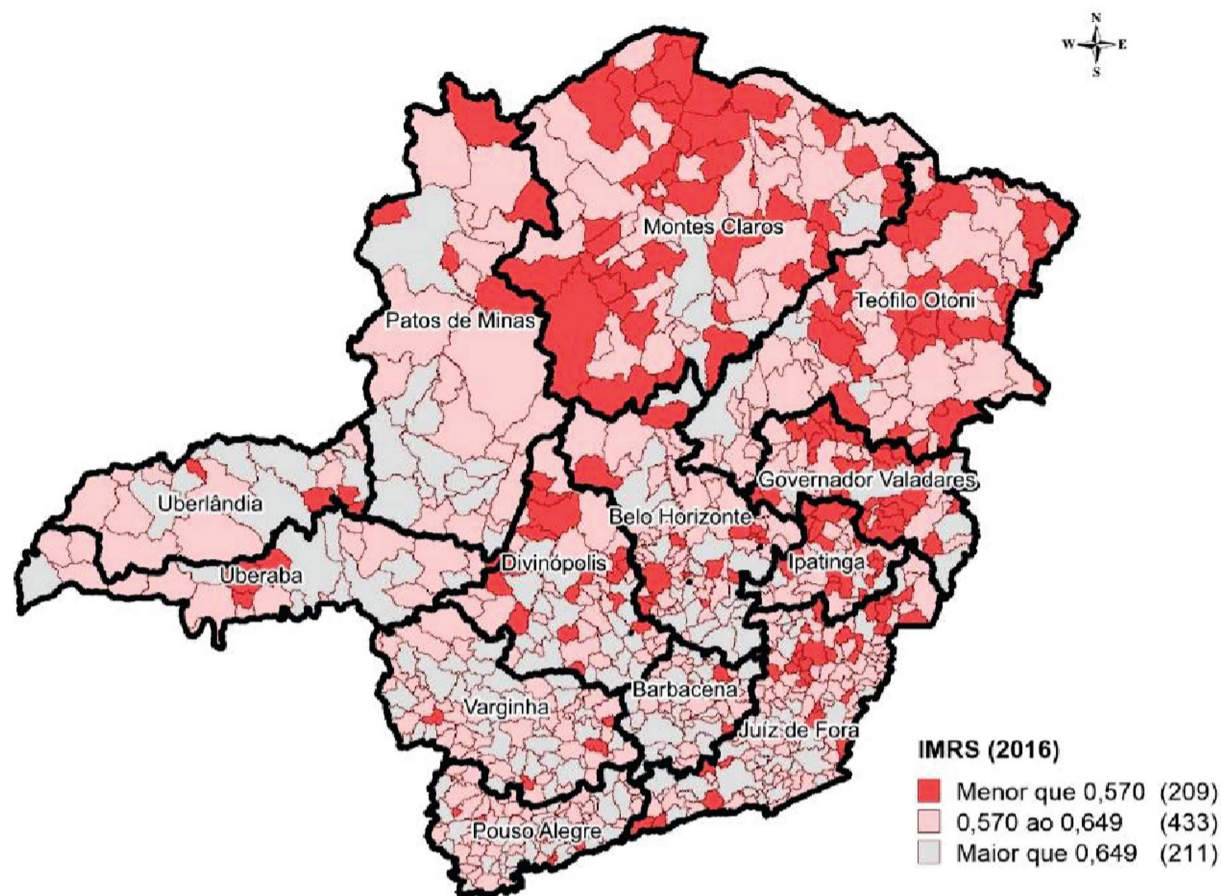


Os gráficos 4 e 5 e o mapa 1 localizam regionalmente os municípios carentes e afluentes do estado. Consta-se que cerca de 60% dos municípios carentes concentram-se em apenas quatro RGINT - Montes Claros, Teófilo Otoni, Juiz de Fora e Governador Valadares – e que, dos municípios afluentes, quase a mesma proporção localiza-se nas RGINT de Juiz de Fora, Varginha, Pouso Alegre e Barbacena.

Gráfico 5 – Localização dos municípios afluentes de Minas Gerais segundo o IMRS por região intermediária – 2016



Mapa 1 – IMRS dos municípios das Regiões Geográficas Intermediárias de Minas Gerais – 2016*



Os municípios com IMRS menor que 0,570 são considerados carentes, e aqueles com IMRS maior que 0,649, afluentes. Os valores de 0,570 e 0,649 correspondem, respectivamente, ao primeiro e terceiro quartis da distribuição dos municípios de Minas Gerais segundo o IMRS de 2016. Nota-se, indubitavelmente, uma concentração maior de municípios carentes nas regiões norte e nordeste do estado, em contraposição às melhores performances nas regiões sul, sudeste e centro-oeste. É importante salientar que tais resultados não são capazes de apontar disparidades intraregionais e intramunicipais.

Expediente

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Presidente
Helger Marra Lopes
Vice-presidente
Mônica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
Eleonora Cruz Santos

Núcleo de Indicadores Sociais
Vera Scarpelli Castilho

Equipe Técnica
Fernando Martins Prates
Maria Luiza de Aguiar Marques
Monica Galupo Fonseca Costa
Priscilla de Souza da Costa Pereira

Arte Gráfica e Diagramação
Bárbara Andrade Corrêa da Silva

Informações para imprensa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Telefone: (31) 3448-9580 | 3448-9588
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br
Alameda das Acácias, 70, bairro São Luiz, Pampulha.
CEP: 31275-150, Belo Horizonte, Minas Gerais

